

fundação
padre Félix

**CONTAS DO EXERCÍCIO
DO
ANO DE 2017**

FUNDAÇÃO PADRE FELIX
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502255897
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		325 000,91	200 323,49
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		280 221,08	335 070,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		605 221,99	535 393,53
Activo corrente			
Inventários		6 689,01	5 805,14
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		74,33	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		239,46	245,44
Outros ativos correntes		1 604,36	8 610,78
Caixa e depósitos bancários		37 774,38	91 881,37
		46 381,54	106 542,73
Total do ativo		651 603,53	641 936,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		206 818,78	206 818,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		137 045,73	136 367,89
Resultados transitados		51 264,12	73 829,82
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		251 904,88	243 573,39
		647 033,51	660 589,88
Resultado líquido do período		327,75	-22 565,70
Total dos fundos patrimoniais		647 361,26	638 024,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		956,34	692,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		3 285,93	3 219,12
		4 242,27	3 912,08
Total do passivo		4 242,27	3 912,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		651 603,53	641 936,26

A Direcção
 João Allálio Marques Cruz Pereira
 Helena Maria Gualho Graça
 Isabel Alves Castilho Dias
 António Carlos de Almeida Santos
 Lucia Maria Felicia Felício

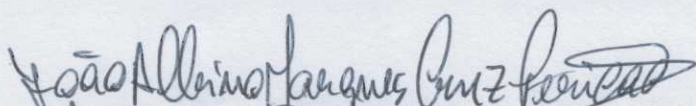
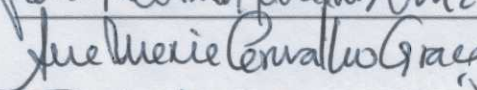
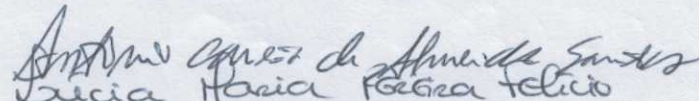
O responsável
 J. Felício
 c.c. 21300

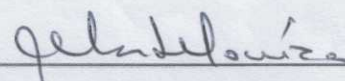
FUNDAÇÃO PADRE FELIX
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502255897

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		25,00	45,0
Subsídios, doações e legados à exploração		41.642,55	38.475,3
Variação nos inventários da produção		0,00	0,0
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		3.252,90	6.496,4
Fornecimentos e serviços externos		24.272,35	19.230,3
Gastos com o pessoal		23.746,43	23.320,0
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	187,0
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,0
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,0
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,0
Aumentos/reduções de justo valor		6.191,88	17.273,1
Outros rendimentos		16.703,45	8.105,4
Outros gastos		140,00	305,1
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		767,44	-20.186,3
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.178,25	7.998,9
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10.410,81	-28.185,3
Juros e rendimentos similares obtidos		10.738,56	5.619,6
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,0
Resultados antes de impostos		327,75	-22.565,7
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,0
Resultado líquido do período		327,75	-22.565,7



 Isabel Alves Pastinho Dias

 Luísa Maria Gonçalves Graça


 e.c. 21300

Índice

1	Identificação da Entidade
2	Referencial Contábilístico de Referência das Demonstrações Financeiras
3	Principais Políticas Contábilísticas
3.1	Base de Apresentação
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração
4	Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros
5	Ativos Fixos Tangíveis
6	Ativos Intangíveis
7	Locações
8	Custos de Emprestimos Obrigados
9	Inventários
10	Rédito
11	Provisões
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio
14	Imposto sobre o Rendimento
15	Benefícios dos empregados
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais
17	Outras informações
17.1	Investimentos financeiros
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/associados/membros
17.3	Clientes e Utentes
17.4	Outras contas a receber
17.5	Diferimentos
17.6	Outros Ativos Financeiros

FUNDAÇÃO PADRE FELIX

Anexo

27 de março de 2018

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller initials.

Handwritten notes and signatures in the top left corner, including a large signature and some illegible text.

de março de 20

18

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários.....	14
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento.....	16
15	Benefícios dos empregados	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17	Outras Informações.....	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	18
17.3	Clientes e Utentes	18
17.4	Outras contas a receber	18
17.5	Diferimentos	19
17.6	Outros Ativos Financeiros	19

17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	20
17.8	Fundos Patrimoniais.....	20
17.9	Fornecedores.....	21
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	21
17.11	Outras Contas a Pagar.....	21
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	22
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	22
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	22
17.15	Outros rendimentos.....	23
17.16	Outros gastos.....	23
17.17	Resultados Financeiros.....	24
17.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	Erro! Marcador não definido.

[Handwritten signatures and initials]

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO PADRE FÉLIX" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos aprovados pelo Bispo da Diocese de Aveiro., com sede na rua do Barro, nº 24 em São Bernardo, Aveiro.

A Missão da Fundação Padre Félix é **Ajudar a Vencer!** Para concretizar este lema, esta instituição disponibiliza um serviço de Atendimento/Acompanhamento Social às famílias em situação de risco social, residentes na freguesia de S. Bernardo, tendo em conta:

- a satisfação das necessidades nas seguintes áreas: alimentação, higiene, saúde, organização da vida quotidiana, habitação, educação, formação e cultura;
- o acesso a recursos e serviços que permitam uma progressiva inserção laboral, social e comunitária, respeitando a diferença e a dignidade da vida humana.

A Fundação Padre Félix é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada por iniciativa da Comunidade de São Bernardo e por decreto do Senhor Bispo de Aveiro, a 7 de Abril de 1989, comemorando, assim, os 25 anos de atividade pastoral do Sr. Padre José Félix de Almeida, na freguesia de São Bernardo.

O Gabinete de Ação Social da Fundação Padre Félix, criado através do Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, na área de intervenção sociocomunitária, prossegue, através da valência de **Atendimento/Acompanhamento Social**, os objetivos de intervenção social junto das famílias em situação de vulnerabilidade social. O desenho do projeto de vida de cada pessoa/família é baseado numa relação de reciprocidade e compromisso entre técnico e utente, impulsionado pelo trabalho de articulação e de geração de redes de suporte social, compostas por diferentes serviços, entidades e pessoas de referência, essenciais à intervenção. Este projeto, composto por ações objetivas e estratégicas, visa a concretização de condições que facilitem a inserção social e a resolução dos problemas que bloqueiam este processo.

A abertura desta instituição para o exterior é o reflexo do espírito de coesão da equipa diretiva e é a continuação da prática de uma comunicação aberta. A existência de uma boa articulação quotidiana com as demais entidades e a comunidade é o elemento essencial para o sucesso da nossa intervenção social, junto das famílias da freguesia de S. Bernardo e do concelho de Aveiro. A Fundação Padre Félix, através da publicação anual do Boletim "Ajudar a Vencer", informa a comunidade sobre as atividades mais significativas, desenvolvidas ao longo do ano, e apresenta o Relatório de Contas e o Plano de Ação previsto para o ano seguinte.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados, para melhor compreensão.

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

Estão evidenciadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor ou valor de mercado.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 10 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 ou 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	5 ou 6 anos

O equipamento com valor inferior a 500,00€ é amortizado no primeiro ano de utilização.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

.2.6 Investimentos financeiros

(não aplicável)

3.2.7 Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Doadores

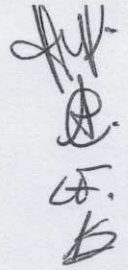
Os donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

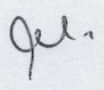
Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.


 F. B.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados;
- valor transferido no âmbito do n.º 3 do Artigo 7.º dos Estatutos.

3.2.10 Provisões

(não aplicável)

3.2.11 Financiamentos Obtidos

(não aplicável)

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(não aplicável)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016						Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações		
Custo							
Terrenos e recursos naturais	75 000,00						75 000,00
Edifícios e outras construções	231 820,01						231 820,01
Equipamento básico	5 346,59	155,54					5 502,13
Equipamento de transporte	9 165,95						9 165,95
Equipamento biológico	0						0
Equipamento administrativo	5031,25	669,99					5701,24
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Total	326 363,80	825,53	0,00	0,00	0,00	0,00	327 189,33
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	99 754,50	7 277,76					107 032,26
Equipamento básico	4 706,93	422,85					5 129,78
Equipamento de transporte	9 165,95						9 165,95
Equipamento biológico	0						0

Equipamento administrativo	5 239.50	298.35				5 537.85
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	118 866,88	7 998.96	0,00	0,00	0,00	126 865,84

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	75 000,00			75 000,00
Edifícios e outras construções	231 820.01		107 032.26	124 787.75
Equipamento básico	5 502.13		5 129.78	372,35
Equipamento de transporte	9165.95		9165.95	0,00
Equipamento biológico	0,00		0	0,00
Equipamento administrativo	5701.24		5 537.85	535.74
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	327 189.330,00	0,00	126 865,84	200 323,49

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75 000,00					75 000,00
Edifícios e outras construções	231 820,01	134 835,00				366 655,01
Equipamento básico	5 502,13	1 020,67	1 160,00			5 362,80
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico	0,00					
Equipamento administrativo	5 701.24					5 701.24
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	327 189,33	141 218.47	1160,00	0,00	0,00	461 885,00

Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	107 032,26	10 023,58				117 055,84
Equipamento básico	5 129,78	1020,67	1 160,00			4 990,45
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico	0					
Equipamento administrativo	5 537,85	134,00				5671.85
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	126 865,84	11 178.25	1 160,00	0,00	0,00	136 884,09

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	75 000,00			75 000,00
Edifícios e outras construções	366 665.01		117 055,84	249 579,17
Equipamento básico	5 362.80		4 990.45	372.35
Equipamento de transporte	9 165.95		9 165,99	0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	5701,24		5 671.85	29.39
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	461 865,00	0,00	136 884.09	324 980.91

Propriedades de Investimento

A instituição adquiriu a 12 de Janeiro de 2017 duas frações de um prédio, fração autónoma designada pelas letras AD, no corpo 3, com garagem, pelo valor de patrimonial 63 349,75€ e fração autónoma designada pelas letras AL, com garagem, pelo valor patrimonial de 63 225.25€, situadas em Montes de Azurva, Parcela "A", freguesia de Eixo e Eirol, concelho de Aveiro.

Além destas, a instituição está a rentabilizar, por aluguer, parte do edifício situado na rua de Castela nº 24.

A instituição era detentora de 37 320 ações do Millenium BCP que adquiriu, em bolsa, a 02-02-2017, pelo valor unitário de 0,094€, num valor total de 3 508,08€. Esta aquisição surgiu da venda a 23-01-2017, de 6 660 ações a 0,1423€, o que perfez 946.72€, e da venda dos direitos de 4172 ações a 0,6130 € que totalizou 2557.44€.

As menos valias apuradas na venda das ações foram registadas como "Perdas por redução de justo valor" pelo valor de 6 191,88€.

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Apartamento T2 - Fração ADc/ Garagem	0	68 175,00				68 175,00
Apartamento T2 - Fração ALc/ Garagem	0	66 660,00				66 660,00
Total	0,00	134 835,00	0,00	0,00	0,00	134 835,00

6 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

7 Locações

(não aplicável)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

(não aplicável)

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Donativos em espécie	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Donativos em espécie Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	9178,80	3 122.76	6 496.42	5 805,14	4 136.77	3 252.90	6 689,01
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	9 178,80	0,00	0,00	5 805,14	0,00	0,00	6 689,01
	2016	2017	Descrição				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				6 496,42			3 252,90
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	25,00	45,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros de Depósitos	2 216..00	5882.48
Outros Rendimentos similares	9200.40	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	11 416.40	5 927.48

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(não aplicável)

Passivos contingentes

FUNDAÇÃO PADRE FELIX

(não aplicável)

Ativos contingentes

(não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Subsídios recebidos do Centro Distrital de S. Social	32 555,28	31 955,72
Subsídio da Câmara Municipal de Aveiro	3 000,00	0
Total	35 552,28	31 955,72

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(não aplicável)

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos mantiveram –se durante o exercício no ano de 2017.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações

A instituição tem uma única funcionária.

Os gastos que a Entidade incorreu com a funcionária foi o seguinte:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	19 056,48	18 950,75
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	4 036,33	3 975,80

Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	174,29	156,81
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	479,33	236,73
Total	23 746,43	23 320,09

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	280 221,08	335 070,04

Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
(nTotal)	280 221,08	335 070,04

17.2 Doadores

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	34 869.83	26 538.34
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	34 869.83	26 538.34
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	34 869.83	26 538.34
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios		
Beneficiários das mutualidades - subvenções		
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

(não aplicáveis)

17.4 Outras contas a receber

(não aplicáveis)

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	525,00	247,92
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1 079,40	1 230,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 604,40	1 477,92

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
	239,45	245,44
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
FRSS	70,04	70,04
BPI		50 000,00
Novo Banco	100 000,00	100 000,00

Montepio Geral	170 000,00	185 000,00
Aplicações Financeiras BCP	10 151,04	7 132,85
Total	280 221.08	342 202.89

À data de relato a instituição detém ações do Millenium BCP. Os títulos foram mensuradas pelo seu justo valor a 30-12-2017: 37 320 ações 0,2720 o que perfaz 10 151,04 €, tendo sido reconhecido no resultado do exercício o proveito de 6 642.96€

A instituição era detentora de 37 320 ações do Millenium BCP que adquiriu, em bolsa, a 02-02-2017, pelo valor unitário de 0,094€, num valor total de 3 508,08€. Esta aquisição surgiu da venda a 23-01-2017, de 6 660 ações a 0,1423€, o que perfaz 946.72€, e da venda dos direitos de 4172 ações a 0,6130 € que totalizou 2557.44€.

As menos valias apuradas na venda das ações foram registadas como “Perdas por redução de justo valor” pelo valor de 6 191,88€.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 174.10	364,36
Depósitos à ordem	36 600.28	71 535,01
Depósitos a prazo	00	20 000,00
Outros	0	0
Total	37 774.38	91 881,37

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	206 818,78	0,00	0,00	206 818,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	136 367,89	677,84	0,00	137 045,73
Resultados transitados	73 829,82	0,00	-22 565,70	51 264,12
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	243 573,39	8 331,49	0,00	251 904,88

2016	Total	660 589,88	9 009,33	-22 565,70	647 033,51
------	-------	------------	----------	------------	------------

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	74,33	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	74,33	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	435,64	424,46
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	435,64	424,46

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		3 285,93		3 219,12
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-1 079,40		-1 230,00

17.12 Outros Passivos Financeiros

(não aplicável)

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	35 555,28	31 955,72
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	7 277,27	6 519,60
Legados	0,00	0,00
Total	42 832,55	38 475,32

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	6 319,82	3 900,22

Materiais	618,26	645,84
Energia e fluidos	1 337,68	1 431,32
Deslocações, estadas e transportes	53,45	98,05
Serviços diversos	2 326,52	2 218,73
Encargos com utentes	13 616,62	10 936,15
Total	27 272,35	19 230,31

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1381,44	1 995,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	500,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	10 720,00	3 000,00
Outros rendimentos	4 102,01	3 110,21
Total	16703,45	8 105,41

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00

Outros Gastos	140,00	305,12
Total	140,00	305,12

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos (1)	10 738,56	5 619,65
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	10 738,56	5 619,65
Resultados Financeiros	10 738,56	5 619,65

(1) – Juros de Depósitos - 2 216,00; De outras aplicações de meios financeiros líquidos – 9 200,40; Transferência do valor de 677,84 para Reservas Estatutárias

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Geral a 27 de Março de 2018.

SÃO BERNARDO, 31 de dezembro de 2017

O Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

FUNDAÇÃO PADRE FELIX 21 300

A Direcção
[Assinatura]
 Júlia Maria Regina Felício
 António Carlos de Almeida Santos